

UM COMPARATIVO ENTRE O FILME *AS SUFRAGISTAS* E A LUTA FEMININA PELO VOTO NO BRASIL

Thais Silva Correia¹

1 INTRODUÇÃO

O presente *paper* baseado no filme *As Sufragistas*, lançado em outubro de 2015 no Reino Unido, roteirizado por Abi Morgan e dirigido por Sarah Grovan, apresenta um panorama da luta do movimento feminista pelo sufrágio, comparando a narrativa do filme à realidade brasileira. A partir disso destacam-se as semelhanças de dificuldades vividas pelas mulheres no Brasil, com a luta pela igualdade por meio do movimento feminista britânico, bem como a repercussão desse movimento nas diversas batalhas enfrentadas pelas brasileiras, que vão do reconhecimento do direito a educação ao voto.

2 A ORIGEM

O movimento feminista, como é conhecido atualmente, teve seu início oficial no final do século XIX, contudo, a luta feminina, veio muito antes e as conquistas realizadas por mulheres, anterior ao reconhecimento do movimento, quase não são mencionadas.

E o feminismo? Por que a história e a memória do feminismo? Certamente, o feminismo coloca o dedo nesta ferida, mostrando que as mulheres foram e ainda têm sido esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, [...], mas em suas ações. (RAGO, 1995, p. 15).

A exemplo desse esquecimento oportuno, Suzana Rodrigues traz à tona quatro mulheres que antecederam o oficial início do movimento feminista brasileiro. A autora inicialmente destaca Dandara dos Palmares que, no século XVII, liderou grupos de mulheres para que pudessem ajudar a proteger o Quilombo, ao lado de seu companheiro Zumbi dos Palmares. Seguindo essa mesma linha de luta por liberdade, a autora traz à baila ainda Clara Camarão que batalhou contra as invasões à Capitania de Pernambuco que estavam sendo realizadas pelos holandeses.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Enquanto a França possuía Joana D’Arc, em território brasileiro, seguindo seus passos, Maria Quitéria que, passando-se por um homem, lutou bravamente pela separação do Brasil - colônia de Portugal e, mesmo sendo denunciada pelo próprio pai, foi condecorada por Dom Pedro I, recebendo o título de “Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro”. Outra guerreira a ser citada é Luísa Mahim que, na cidade de Salvador na Bahia, liderou inúmeros negros contra a escravidão na Revolta dos Malês.

Cumprе registrar que em verdade, tanto para Lenzi quanto para Fahs, foi no Brasil Império (1822 – 1889) que a luta feminina começou a ser notada e ganhou força a partir do reconhecimento do direito das mulheres à educação. Sua precursora foi Nísia Floresta Augusta, que além de docente e escritora, fundou a primeira escola de mulheres do Brasil localizada no Rio Grande do Sul e, logo após, se estendendo para o Rio de Janeiro. As obras de Nísia como “*Direitos das mulheres e injustiças dos homens*” (1832), “*Conselhos a minha filha*” (1842) e “*Opúsculo humanitário*” (1853) a tornaram uma das principais expoentes deste período.

Esse reconhecimento possibilitou que, em 1887, Rita Lobato Velho Lopes viesse a se formar em Medicina pela Faculdade de Medicina, na Bahia, e se tornou a primeira mulher a possuir um diploma de nível superior no Brasil, como bem narra Juliana Bezerra.

Acompanhando essa evolução, por sua vez Margareth Rago evidencia que a escritora Virgilina Duarte da Costa entre os anos de 1914 a 1936, publicou a “Revista Feminina”, a primeira revista voltada para o público feminino, escrita por uma mulher. O sucesso foi tamanho que alcançou todos os estados brasileiros, formando inúmeras fãs e os textos publicados na revista denunciavam assuntos vividos por inúmeras mulheres, tais como as violências domésticas e as sofridas também no ambiente de trabalho.

O reerguimento moral e intelectual das mulheres em geral dependeria, portanto, de um trabalho educativo modernizador, capaz de fazê-la compreender seu novo papel na sociedade, o potencial emancipador de que dispunha e os instrumentos necessários para sua luta. Nesse sentido, tanto quanto as anarquistas, procuravam conscientizar as mulheres e apontar os rumos de superação das desigualdades sexuais. (RAGO, 1995, p. 21).

Portanto, além de chamar a atenção para os vários tipos de violências sofridas pelas mulheres, a revista também enaltecia as conquistas femininas no Brasil e no exterior, a fim de incentivá-las a serem mais do que a sociedade impunha a elas na época, ou seja, serem tudo o que quisessem ser.

2.1 A EVOLUÇÃO

Após o reconhecimento do direito a educação, segundo Leal, o novo marco à luta feminina fora a evolução no mercado de trabalho. Essa inserção aconteceu ainda no período da Revolução Industrial (1870 até 1945) quando as fábricas admitiram mulheres e crianças com o intuito de diminuir seus custos com o salário dos empregados e, conseqüentemente, aumentar a mais-valia, já que a mão de obra feminina e infantil eram as mais baratas do mercado, consoante a tese de doutorado da Laís Abramo.

Essa realidade também pode ser observada em outros lugares do mundo, como é retratado no filme *As Sufragistas*, no qual as personagens iniciaram seus trabalhos nas fábricas e lavanderias municipais ainda na infância, como é o caso de Maud Watts, que foi obrigada a começar a trabalhar com 7 anos de idade.

Com o acontecimento das I (1914 – 1918) e II (1939 – 1945) Guerras Mundiais, segundo Fragoso, muitas mulheres viram-se obrigadas a assumirem os negócios da família, o lugar dos seus maridos nas fábricas, cuidar dos feridos das guerras e continuar cuidando da casa e dos filhos, desempenhando assim múltiplas funções.

Contudo, quando as Grandes Guerras deram-se por encerradas, os homens que saíram ilesos voltaram a desempenhar suas funções de chefe de família enquanto suas esposas abandonavam suas funções de trabalho externo e continuavam a cuidar apenas da casa e dos filhos. Ainda nesse cenário, muitos homens morreram ou retornaram inválidos para seus lares permitindo que as mulheres continuassem a desempenhar suas múltiplas tarefas dentro e fora de casa a fim de sustentar a família.

Iniciando assim a jornada das mulheres no mercado de trabalho, com salários menores, sendo mensurados a 1/3 do salário dos operários masculinos e possuindo o dobro da carga horária, ainda que desempenhassem as mesmas funções dos homens, dessa forma “a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo” (BEAUVOIR, 2016, p.166). Por fim, esses fatores de desigualdade despertaram uma luta pela igualdade de gêneros que se perpetua até os dias atuais.

2.2 O VOTO

O movimento feminista veio se consolidando desde o final do século XIX, como fora citado anteriormente e, como todo acontecimento histórico, foi marcado por diversas lutas; o reconhecimento do direito à educação, à iniciação no mercado de trabalho, conscientização das

inúmeras violências sofridas, que muitas vezes passavam despercebidas, e finalmente, o voto. Todos esses acontecimentos, de acordo com Pacheco, marcaram a trajetória da Primeira Onda Feminista.

O feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos – como o de votar e ser eleita –, nos direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. (PEDRO, 2005, p. 79).

As manifestações sufragistas foram o auge da luta que caracterizou a primeira onda do movimento feminista e se iniciaram no Reino Unido e nos Estados Unidos, conforme Marcelino. Esse início foi apresentado no filme *As Sufragistas*, onde as mulheres que compunham a classe média e operária eram incitadas e lideradas por Emmeline Pankhurst, pertencente à classe alta da sociedade da época, a protestarem pelos seus direitos de elegerem e serem eleitas.

No filme é retratada a história de Maud Watts, personagem principal, que trabalhava desde os 7 anos na lavanderia municipal. Ao sair para fazer uma entrega, ela presenciou uma das manifestações violentas feitas por mulheres a fim de chamar a atenção para o movimento sufragista, já que as manifestações pacíficas eram alvo de chacota e tratadas com irrelevância pelos homens. Após presenciar tal ato e ouvir conversas de suas colegas de trabalho, a personagem principal se viu tentada a embarcar na luta pelos direitos femininos, porém encontrava-se dividida entre sua família e o seu trabalho.

As mulheres que decidiam lutar pelos seus direitos e pela igualdade de gênero eram consideradas rebeldes, correndo o risco de serem presas, perderem seus empregos e serem expulsas de casa, como aconteceu com muitas manifestantes.

Após ceder ao movimento, a personagem enfrenta inúmeras dificuldades e privações, entre elas a de ver o próprio filho; assim como quase todas as manifestantes, Maud foi presa diversas vezes sendo condecorada, recebendo medalhas pela sua resistência.

Apesar de ouvir diariamente que as mulheres não poderiam participar politicamente e que estavam bem representadas por seus pais, avôs, irmãos e companheiros, as sufragistas conseguiram chegar ao congresso. Lá, Maud, representando todas as militantes, leu a carta escrita pela líder Emmeline Pankhurst, expondo a realidade injusta que era enfrentada pelas mulheres todos os dias. Após muita luta, as sufragistas alcançaram o seu direito ao voto na Inglaterra em 1912.

Seguindo os passos das sufragistas europeias, a luta das brasileiras não foi diferente. A reivindicação pelo voto no Brasil teve seu início em 1º de janeiro de 1891, quando foi apresentado um projeto de emenda concedendo o direito do sufrágio às mulheres, sendo votado por 31

constituintes, o qual foi rejeitado. A partir desse dia, a autora Karawejczyk também lembra que a luta não parou e foi então que no dia 23 de dezembro de 1910, Leolinda de Figueiredo Daltrô fundou o Partido Republicano Feminino (PRF), o primeiro partido feminino do Brasil.

As conquistas não pararam por aí. A fundadora do PRF organizou inúmeras manifestações para chamar atenção às reivindicações femininas, que seguiam para além do voto, incluindo o combate à exploração, a violência e o reconhecimento da cooperação feminina para o progresso do país. Graças a esses manifestos, em 1919, um senador apresentou o primeiro projeto em favor do voto para as mulheres. O projeto foi levado para votação apenas em 1921, contudo, jamais foi aprovado.

Ao passo que as sufragistas lutavam para obter o direito que lhes deveriam pertencer desde nascença, os homens lutavam contra isso; faziam campanhas, ridicularizavam e pregavam uma incapacidade, que segundo eles, era inata às mulheres.

Votar não é um privilégio, uma recompensa que se dê aos cidadãos altamente especializados para exercerem essa função. É uma obrigação de todos. (...) é bem possível que a interferência da mulher na vida pública, armada do poder de legislar e influir sobre a economia política, seja o meio mais eficaz de assegurar às mães do futuro a possibilidade, que hoje não existe mais, senão nas classes privilegiadas, de se dedicarem, inteiramente, a santa missão (...) *Senhores senadores, no Brasil já há eleitoras* (...). (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p.220)

Em 1920, segundo Karawejczyk, a luta feminista pelo sufrágio se intensificou com a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) que, mais tarde, em 1922, passou a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) fundada por Bertha Lutz.

Ainda nesse cenário, no dia 25 de outubro de 1927, veio uma grande vitória para essa batalha. O estado do Rio Grande do Norte, na figura de José Augusto Bezerra de Medeiros por meio da lei nº 660, em seu art. 77, veio a ser o primeiro estado do Brasil a dispor que uma mulher pudesse votar e ser votada, embora com restrições contidas no texto da lei; apenas as mulheres casadas que obtivessem a permissão de seus maridos, as viúvas e solteiras com renda própria.

O primeiro reconhecimento do direito ao voto, ocorreu no dia 25 de novembro de 1927 sendo o título de primeira mulher votante no Brasil pertencente à professora Celina Guimarães Viana, na cidade de Mossoró/RN. A luta, por seu turno, não acabara por aí, pois em 1928, na primeira eleição, após essa vitória, todos os votos das mulheres foram anulados. Apesar desse boicote, em 1929, com a manutenção da luta, no município de Lajes/RN foi eleita a primeira prefeita mulher da América do Sul, Luíza Alzira Soriano Teixeira.

Diante desse cenário, o projeto que asseguraria o voto às mulheres sem restrições e de forma igualitária ganhou o curso do Senado Federal, em 1930, no entanto, essa tramitação terminou por ser suspensa diante da revolução que caracterizou o fim da República Velha. Após esse acontecimento, um grupo de parlamentares foi anunciado para reescrever o Código Eleitoral, e entre eles estava Bertha Lutz, assim assinala Karawejczyk.

Mais tarde, em 1932, o então presidente Getúlio Vargas, assinou o tão desejado reconhecimento do direito ao voto às mulheres. Assim com a promulgação da Constituição Federal em 1934, finalmente se garantiu a legalização e a legitimação do sufrágio feminino no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme *As Sufragistas*, traduz de maneira brilhante parte da luta do movimento feminista pela legitimação dos direitos e garantias individuais, sobretudo àqueles que dizem respeito ao poder de escolha dos governantes, ou seja, o voto. A narrativa do longa mostra muito mais do que a luta pelo sufrágio das mulheres, transmitindo ao espectador, em diversas cenas, as marcas do machismo estrutural.

Trazendo problemáticas como a exploração trabalhista, (já que as mulheres ganhavam muito menos que os operários) a doméstica, (o salário que as operárias recebiam deveria ser entregues na sua totalidade ao chefe da casa; além de cuidarem do lar, dos filhos, e serem alvo de diversos tipos de violência) os maus tratos sofridos pelas manifestantes por parte da polícia, além de muitos outros que circundavam a exclusão feminina de decidir seus representantes. Ainda que esses dilemas fossem representados em um filme que retratava um cenário britânico, não se afastava da realidade brasileira.

A luta pelo sufrágio no Brasil, bem como em quase todos os países, foi marcada por inúmeras discriminações e maus tratos. Contudo, não foram impeditivos para que a trajetória feminista prevalecesse, conquistando o reconhecimento legal e social dos direitos que sempre lhes pertenceram. Por fim, vale registrar, que a luta por igualdade persiste até os dias atuais, porém o movimento segue firme rumo a inúmeras outras vitórias.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Autor desconhecido. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-evolucao-mulher-no-mercado-trabalho.htm>. Acesso em: 28 abr. de 2020.

Autor desconhecido. **Movimento Feminista**. CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em: 28 abr. de 2020.

Autor desconhecido. **24 de fevereiro: Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil**. Tribunal Regional Eleitoral. 2018. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Fevereiro/24-de-fevereiro-dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-1>. Acesso em: 30 abr. de 2020.

AS SUFRAGISTAS. Direção: Sarah Grovan. Produção: Pathé. Intérprete: Carey Mulligan, Helena Carter, Meryl Streep. Roteiro: Abi Morgan. Reino Unido: Bir Film, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VTTy39nxGc4>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BARBOSA, Neusa. **'As Sufragistas' resgata luta pelo voto feminino na Inglaterra de 1912**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2015/12/sufragistas-resgata-luta-pelo-voto-feminino-na-inglaterra-de-1912.html>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

BEAUVOIR, Simone de. – **O segundo Sexo: a experiência vivida** – volume2, / Tradução Sérgio Milliet - 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2016.

BEZERRA, Juliana. **Feminismo no Brasil**. Toda Matéria. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

FAHS, Ana. **Movimento Feminista**. Politize 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FRAGOSO, Carolina. **A evolução da mulher no mercado de Trabalho**. 2015. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 28 abr. de 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. **A FBPF e a luta pelo voto feminino no Brasil - anos decisivos**. Portal Estudos do Brasil Republicano 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>. Acesso em: 30 abr. de 2020.

LEAL, Joana. **Inserção da mulher no mercado de trabalho foi passo importante para novas configurações sociais**. Agência Universitária de Notícias da Universidade do Estado

de São Paulo. 2016 ISSN 2359-5191. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=7501&ed=1302&f=23>. Acesso em: 28 abr. de 2020.

LENZI, Tié. **O movimento feminista no Brasil**. Site Todapolitica.com. 2019. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista-brasil/>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

MARCELINO, Giovana. **As sufragistas e a Primeira Onda do feminismo**. Revista Movimento crítica, teoria e ação. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/sufragistas-primeira-onda-feminismo/>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

PACHECO, Rodrigo da Paixão. **As sufragistas e o feminismo**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5540, 1 set. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67973>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

PEDRO, Joana Maria. 2005. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, N.1, PP. 77-98.

RAGO, Margareth L. "**Adeus ao feminismo. Feminismo e (pós) modernidade no Brasil**". Cadernos AEL, n. 3/4, p. 1-43, 1995/1996.

RODRIGUES, Suzana. **Conheça a história do feminismo no Brasil**. Revista Azmina. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/feminismo-no-brasil/>. Acesso em: 27 abr. de 2020.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Ed.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade: com 270 ilustrações**. Zahar, 2000.

TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Politize. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: 29 abr. de 2020.

WARKEN, Julia. **Quem foram as sufragistas da vida real?** Revista M de mulher. 2019. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-foram-as-sufragistas-da-vida-real/>. Acesso em: 27 abr. de 2020.